



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**DYALA YNIS CAIRES SANTOS**

**O CONTEXTO SOCIAL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS  
E ADULTOS: UMA LUTA PELA INCLUSÃO**

**CAJAZEIRAS - PB**

**2008**

**DYALA YNIS CAIRES SANTOS**

**O CONTEXTO SOCIAL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS  
E ADULTOS: UMA LUTA PELA INCLUSÃO**

**Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Plena em Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.**

**Orientadora: Professora Ma. Maria Janete de Lima.**

**CAJAZEIRAS - PB**

**2008**



S237c Santos, Dyala Ynis Caires.  
O contexto social da educação de jovens e adultos: uma luta pela inclusão / Dyala Ynis Caires Santos.- Cajazeiras, 2008.  
43f.

Monografia(Licenciatura em Pedagogia) Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, 2008.  
Contém Bibliografia.  
Não disponível em CD.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Evasão escolar. 3. Prática docente. I. Lima, Maria Janete de. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título

CDU 374.7

**DYALA YNIS CAIRES SANTOS**

**O CONTEXTO SOCIAL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:  
UMA LUTA PELA INCLUSÃO**

**APROVADA EM:** 04 / 04 / 2008

Maria Janete de Lima

MS. Maria Janete de Lima  
Professora Orientadora

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço esse momento aos meus pais por natureza, por opção e por amor, não bastando dar-me o dom da vida, presentearam-me com amor, carinho e dedicação.

## EPÍGRAFE

“De tudo ficam três coisas”:  
A certeza de que estamos começando,  
A certeza de que é preciso continuar,  
E a certeza de que podemos ser interrompidos antes de  
terminar.

Façamos da interrupção um caminho novo,  
Da queda, um passo de dança,  
Do medo, uma escada, da procura um encontro”.

Fernando Sabino.

## RESUMO

O presente trabalho é o resultado de um estudo feito sobre o contexto social de educação de jovens e adultos no município de Cajazeiras – Pb, na perspectiva de compreender como essa modalidade de ensino vem sendo estruturados nas escolas estaduais. Esse texto objetiva estudar a prática docente, as causas da evasão dos alunos de EJA e os aspectos pedagógico e estruturais, examinando suas causas e seus efeitos. A pesquisa teve como embasamento teórico o educador Paulo Freire bem como as idéias Carlos R. Brandão e Vieira Pinto a fim de compreender as raízes desse processo de marginalização. Desse modo, podemos identificar que as políticas públicas usaram de um sistema excludente para manter jovens e adultos do lado de fora das escolas. O trabalho foi realizado através do estudo de caso na tentativa de buscar soluções concretas diante dos problemas vivenciados pela EJA. O texto encontra-se organizado da seguinte forma: No capítulo I consta a fundamentação teórica. No capítulo II a análise dos dados e por último a conclusão.

**Palavras-chave:** EJA; Professores; Alunos.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	8
<b>CAPÍTULO I:</b>	10
1. O Contexto Histórico da Educação de Jovens e Adultos	10
1.1. Os sujeitos da EJA quem são?	15
1.2. Os sujeitos da Educação de jovens e adultos que integram a sociedade	15
1.3. A EJA	18
1.4. Os desafios da EJA	20
1.4.1. Acolhimento dos alunos	20
1.4.2. A infantilização do ensino	21
1.4.3. Formação dos educadores	22
<b>CAPÍTULO II: ANÁLISE DOS DADOS</b>	23
2. Metodologia	23
2.1. Análise dos questionários: gestores e professores	24
2.2. Análise dos questionários dos alunos	26
2.3. Análise do Estágio	28
<b>CONCLUSÃO</b>	35
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>	37
<b>ANEXOS</b>	39

## APRESENTAÇÃO

O trabalho intitulado “O contexto social da educação de jovens e adultos: uma luta pela inclusão”, partiu da necessidade de compreendermos como o sistema educacional tem se portado diante das necessidades daqueles que tiveram seus direitos negados, de freqüentarem á escola, quando criança. Embora, tenha havido uma democratização quanto ao acesso a essa modalidade de ensino, este modelo traduz o quanto falta a ser realizado para ser implementado um conceito ampliado de EJA expresso como um direito de cidadania que envolva a formação para o trabalho.

Assim, a educação escolar se vê desafiada a ir além do conhecimento fragmentado, moldado em saberes denominado de científico ou disciplinares. A escola atual deve reportar-se aos mais diversos saberes, respeitando-os, sejam eles oriundos das ciências ou das experiências de vida dos educadores e dos educandos, em interação dialógica conforme, recomenda Freire.

Nesse sentido em que objetiva este trabalho em analisar o contexto social dos educandos em EJA se faz necessário nos remetermos ao contexto histórico da educação que ao longo de anos contribuiu com altos índices de analfabetismos. Segundo Censo realizado em 1991 estima que exista cerca de 50 milhões de analfabetos no Brasil, dentre os quais fazem parte pessoas com idade acima dos 14 anos com sua formação básica incompleta e os analfabetos funcionais. Essas pessoas constituem grande parte da população vítimas de um processo histórico onde os governos durante décadas abstiveram-se da responsabilidade de prover uma educação de qualidade a toda população.

Embora tenha se verificada uma crescente democratização dessa modalidade de ensino, constatamos que existam muitos problemas que afetam a permanência desses indivíduos na escola resultando na evasão escolar, visto que, ainda nos esbarramos em escolas que em sua maioria agem em condições inadequadas de aprendizagem.

Entendemos assim, que os problemas que afetam a EJA são de caráter múltiplo, dentre eles podemos destacar a falta de acolhimento dos alunos, a infantilização do ensino e a formação dos professores. Destacamos estes pontos por considerá-los importantes para o sucesso da

educação de jovens e adultos, uma vez que, é este em menor ou maior grau, que vem a contribuir para a não – permanência do aluno.

Diante desse contexto, a escola se depara com um numero expressivo de alunos que se evade durante o período escolar. Esse diagnóstico se aparam numa pratica escolar autoritária que não reconhece a diversidade do publico a ser atendido e nem atende as suas expectativas. Entender e reconhecer as especificidades desse publico garante ao educando de EJA participar desse processo interinamente.

Os Parâmetros Curriculares nos aponta para o risco de uma educação bancaria que não considera as peculiaridades do individuo e nem os seus saberes socialmente produzidos descaracterizando o processo de aprendizagem do aluno, portanto:

Desconhecer a diversidade faz com que toda e qualquer situação que não esteja dentro de um padrão previsto seja tratada como problema do aluno e não como desafio para a equipe escolar (RIBEIRO, 2001, p. 88).

Em acordo com os Proposta Curricular, Freire (1979) defende que o alfabetizando seja sujeito capaz de traçar seu cronograma no processo de ensino aprendizagem tornando-o centro da proposta educativa. Por isso, tem se discutido em educação inclusiva que envolva não só para os jovens e adultos como a formação docente, visto que, este tem sido um tema amplamente discutido por profissionais dessa área que se vêem prejudicado por não dispor de uma formação especifica para atender as especificidades que necessita a EJA.

Em geral a educação vem sendo questionada com freqüência nas políticas públicas brasileiras de tal forma que banaliza este processo. Devido, as falsas promessas sem apresentar ações concretas para sua materialização. Estas atitudes deixam claro o descaso do governo com as políticas educacionais sempre postas em segundo plano na pauta política.

## CAPÍTULO I

### 1. O CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA):

Um longo período da história escolar brasileira anterior ao século xx é marcado pelo seu caráter elitista e pelo processo excludente, resultando nos altos índices de analfabetismo entre criança e jovens em idade escolar.

A educação oferecida aos brasileiros durante o período colonial sofria a influência do modelo educacional europeu. Cujas escolas que aqui se estabeleceram funcionavam sobre a responsabilidade dos jesuítas. Segundo Fernando Azevedo (AZEVEDO apud BRANDÃO, 1985, p. 27), o trabalho pedagógico fomentado pelos jesuítas, no Brasil, junto às crianças indígenas, mestiças e brancas, está associado ao primeiro estágio da educação popular no Brasil. Contudo, vale lembrar que este processo fora uma exceção, pois o trabalho pedagógico escolar dirigido a índios, negros e brancos pobres, foi restrito e provisório durante este período.

Com tempo, foram organizando as primeiras escolas brasileiras. Estas não apresentavam uniformidade quanto as suas propostas pedagógicas, contudo verificavam-se alguns traços comuns no que diz respeito a precariedade com que era oferecido o ensino elementar.

O sistema educacional brasileiro no início do século XX, ganha impulso com as transformações vividas pelo Brasil. A crescente industrialização que ao mesmo tempo provocava o inchaço populacional dos grandes centros comerciais como São Paulo e o Rio de Janeiro, marca também a expansão e a gratuidade do ensino básico a vários segmentos da sociedade. Embora este cenário de desenvolvimento econômico tenha contribuído para que o Governo Federal investisse na expansão e na gratuidade do ensino básico outros setores da sociedade também motivados com essas mudanças encabeçaram nessa luta em favor da democratização do ensino. Assim, a luta pela extensão da educação não deve ser vista apenas como mérito do poder político e nem da tomada de consciência do Estado, mas da crescente participação de pessoas eruditas, educadores, políticos e intelectuais na iniciativa da

erradicação do analfabetismo e na construção de uma escola pública, através dos movimentos de educação. Em geral, segundo BRANDÃO (1985) o interesse das classes urbanizadas em favor da extensão da educação estava associadas a vantagens que esses programas poderia oferecer.

Interesse e pressões de setores de urbanizados da população brasileira, ao lado de vantagens que o empresariado via em uma melhoria do nível escolar e da capacitação da força de trabalho de migrantes rurais ou estrangeiros reunidos em suas indústrias, foram fatores muito importantes (BRANDÃO, 1985, p.30).

É nessa efervescência em favor da educação que a partir da década de 40 a educação de jovens e adultos (EJA) torna-se questão de política nacional instituindo a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário. Embora, no papel o projeto educacional apresentasse audácia no que se refere à regulamentação do ensino elementar na prática essas medidas não foram suficientes para aplacar uma educação que transpusessem a concepção ingênua, que segundo Paulo Freire essa concepção imbue o homem numa visão *“limitada na compreensão do problema, cuja complexidade não capta ou esconde, suas respostas a eles são de caráter mecanicista”* (FREIRE; 1979, p.13). Essa visão mecanicista é duramente refutada por Freire em seu livro *“Ação cultural para a liberdade”*, pois ele concebe a educação como processo dialógico mediatizados pelo educador. Assim como Freire, Pinto defende a educação como sendo instrumento de transformação do não-homem em homem, processo este concebido por meio de *“um dialogo entre dois homens, na verdade entre dois educadores”* (PINTO: 1991,p.35).

O pensamento de Freire em relação à alfabetização de jovens e adultos passou a ganhar destaque no cenário educacional na década de 60. As suas propostas passaram não só a serem vistas mais aceita por especialista que via na pedagogia freiriana o eixo norteador para a criação de um novo paradigma teórico e pedagógico. Desse modo,

O Pensamento pedagógico de Paulo Freire, assim como sua proposta para alfabetização de adultos, inspiraram os principais programas de alfabetização e educação popular que se realizaram no país no início dos anos 60. (BRASIL: 2001, p. 22)

A exemplo disso foi a elaboração de um Plano Nacional de Alfabetização aprovado em 1964, que previa a expansão por todo o Brasil de programa de alfabetização orientado pela proposta

de Paulo Freire, a elaboração desse plano contou com a participação de estudantes, sindicatos e educadores, intelectuais entre outros.

A partir do paradigma pedagógico embasado no pensamento freireano foi possível redefinir a concepção de analfabetismo antes vista como causa da pobreza e da marginalização, agora vista como causa da desigualdade social circunstância essa criada pela estrutura social. Identificar, entender como funcionam estes elementos que geram o processo de analfabetismo ajuda a interferir nessa estrutura por meio de uma educação que reconheça nos homens e mulheres seres de ação e de cultura. Sendo assim, se faz necessário o comprometimento do educador com o educando cujos ideais pedagógicos estejam assentados num compromisso ético.

De acordo Pinto (1991), a educação se constitui numa prática educativa voltada a formação integral do educando contrapondo desse modo, a educação bancária voltada à mera transmissão do saber sem significado efetivo para transformação do homem em um ser de ação. Assim,

A finalidade da educação não se limita a comunicação do saber formal, científico, técnico, artístico, etc. Esta comunicação é indispensável, esta claro, porém o que se intenta por meio dela e a mudança da condição humana do individuo que adquire o saber. Por isso, a educação é substantiva, altera o ser do homem. (...) O homem que adquire o saber, passa a ver o mundo e a se mesmo deste outro ponto de vista. Por isso se torna elemento transformador de seu mundo (PINTO:1991, p.49).

Considerando a definição de Pinto sobre a educação como sendo este um processo de formação crítica, conscientizadora, ativa capaz de fazer o educando interagir com o seu meio social dinamicamente para que o mesmo não se torne mero receptor do saber. O educando deve ser respeitado enquanto sujeito do seu processo de aprendizagem, desmistificando a educação ingênua que durante muito tempo foi adotada pela Pedagogia Tradicional. Esta percebia no educando uma caixa vazia a ser depositado saberes que ao mesmo tempo era regida por uma “educação bancária” baseada na transferência de conhecimentos. Desse modo, a aprendizagem se constitui num processo amoroso, envolvendo pesquisa e vivenciando ou testemunhando a realidade.

Já na década de 60 verificou algum êxito no cenário educacional, embora alguns projetos não puderam seguir adiante por razões políticas. O Brasil durante esse período passou a viver sobre um forte regime militar que via nesses programas de alfabetização grande ameaça à

ordem e os seus promotores foram duramente reprimidos pelo regime ditatorial aqui estalado. Logo, os programas de alfabetização passaram a ser gerido sobre o rígido controle dos militares, e, em 1967 lança o MOBREAL - Movimento Brasileiro de alfabetização durando cerca de 22 anos.

O Mobral contou com vultuosos recursos possibilitando sua expansão por todo território nacional encampando uma campanha em favor da alfabetização e da educação continuada para jovens e adultos, essa foi a resposta dada pelos militares aos problemas relacionados ao analfabetismo. Este movimento atuou independente do Ministério da educação cuja, atividades pedagógicas era orientada com base nos programas de alfabetização dos anos 60 embasados no pensamento de Paulo Freire, no entanto esta orientação descaracterizava o verdadeiro sentido critico e problematizador proposto por Freire.

Este movimento teve êxito até a década de 80, durante seu percurso criou alguns programas que diversificou sua atuação como a criação do Programa de Educação Integrada (PEI). Nele ficava estabelecido que o ensino primário seria realizado em poucos anos dando condições aos recém-alfabetizados e aos analfabetos funcionais a dar continuidade aos seus estudos.

Em resposta ao autoritarismo e a repressão imposta pelos militares emergi grupos ligados aos movimentos populares em favor de uma educação que considerasse os postulados de Paulo Freire. As experiências adquiridas foram ampliadas a partir dos anos 80 com iminência da abertura política, conseqüentemente os projetos de alfabetização se desdobraram em turmas de pós-alfabetização.

Desacreditados nos meios políticos e educacionais o Mobral chega ao fim. E em seu lugar é implantado a Fundação Nacional para Educação de jovens e adultos conhecidos como Fundação Educar. Esta Fundação atuava em parceria com o governo apoiando-o financeiramente e tecnicamente umas de suas funções era aumentar o atendimento educacional nas series iniciais do 1<sup>a</sup> grau. Com a extinção dessa Fundação em 1990, as instituições e as entidades civis passaram a arcar sozinhas com os custos da educação de jovens e adultos.

Em 1990, estava acontecendo na Tailândia uma Conferência Mundial de Educação para Todos na qual o Brasil participou. Esta conferência fazia um apelo para a melhoria e

expansão do atendimento público na escolarização de jovens e adultos. Mais, somente em 1996 com a LDBEN n.º 9.394/96 e já em 2000 com a resolução CNE/CEB n.º 1/2000 que instituiu a Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, essas diretrizes apresentavam um avanço e ao mesmo tempo uma conquista visto que, definiu a EJA como modalidade de Educação Básica e como direito do cidadão garantindo-lhe equidade e diferença.

Segundo as Diretrizes Curriculares (BRASIL, 2001, p.18), fica determinado que dentro dessa modalidade de EJA deva desempenhar três funções:

**Função repadora** não se refere apenas à entrada dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negado (...), mas também ao reconhecimento da igualdade ontológica de todos e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. (...). Para tanto, é indispensável um modelo educacional que crie situações pedagógicas satisfatórias para atender as necessidades específicas de aprendizagem do aluno.

**Função equalizadora:** relaciona-se à igualdade de oportunidades, que possibilite oferecer aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e nos canais de participação. A equidade é a forma pela qual os bens sociais são distribuído tendo em vista maior igualdade, dentro das situações específicas. ... .

**Função qualificadora:** refere-se à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais que uma função, é o próprio sentido da educação de jovens e adultos.

Todas essas determinações deram maior consistência a essa modalidade de ensino, até então tratada como compensação ou suprimento. Avançando no que diz respeito de se pensar a permanência com qualidade desses jovens e adultos na escola. Atualmente a EJA é assegurada pela Constituição Federal de 1988 garantindo aos jovens e adultos ao ensino fundamental público, gratuito e o respeito a especificidades, reafirmada pela nova lei de Diretrizes de 1996. Por outro lado são vários os desafios a serem alcançados pela EJA que se

forma de acordo com as praticas educativas caracterizadas pela falta de objetividade das leis estabelecida.

Herdeiros e vitimas de um sistema educacional precário, há uma luta hoje, em favor da diminuição das altas taxas de exclusão de grade parte da população que se encontra ainda analfabeta e com baixos índices de escolarização. Esses dados associam-se a condição de pobreza que mantém uma estreita relação a outros indicadores como a saúde, nutrição, emprego, saneamento básico e habitação.

### **1.1.OS SUJEITOS DA EJA, QUEM SÃO?**

No Brasil, estimam que há cerca de 35 milhões de pessoas com idade acima dos 14 anos com sua formação básica incompleta. Este grupo constitui o público em potencial dos programas de educação de jovens e adultos correspondentes ao primeiro seguimento. Além desses dados, existem mais 20 milhões de analfabetos funcionais, segundo análise realizada pelo Censo de 1991. Esses números, que chegam a casa dos milhões, é o resultado de décadas vivendo a margem de uma sociedade excludente, deixando gerações inteira “incapacitadas” de participar do processo educacional.

Mediante a complexidade que envolve o trabalho a ser desenvolvido na EJA somada a uma realidade marcada pela desigualdade e exclusão é inevitável que as instituições de ensino e educadores ultrapassem essas barreiras atuando numa perspectiva de atenuar as disparidades entre os sujeitos que tem acesso aos bens culturais, aos avanços tecnológicos e, aos que não tem esse acesso. Ou seja, “a acentuação das desigualdades sociais reflete-se nas condições de acesso à escola e extensão da escolarização” (PAIVA: 2004,p.188).

### **1.2. OS SUJEITOS DA EJA QUE INTEGRAM A SOCIEDADE.**

O mundo contemporâneo tem sido marcado pelas inovações tecnológicas, acelerando as transformações nos meios políticos, econômicos e culturais. Essas mudanças têm implicado no acirramento de pequenas e grandes empresas para se manter no mercado, numa disputa acirrada pelo lucro.

As empresas passaram então a investir na modernização da produção como robótica, mecânica e informática uma vez que, esses investimentos em tecnologia representam maior

capacidade em produção e competitividade. A crescente inserção de novas tecnologias no mundo contemporâneo tem alterado significativamente as formas de trabalho decorrente da organização do sistema capitalista baseando nos moldes globalizados e mundializados. Além disso, estas alterações têm provocado à redução do emprego formal em todo mundo causando insatisfação nos níveis individuais e sociais caracterizados como desemprego estrutural.

Segundo o Documento Final do Seminário Nacional de Educação de Jovens e Adultos informa que nos países subdesenvolvido incluindo o Brasil *“a redução do emprego formal somam-se processos de ajuste macroeconômico que induzem à liberação dos mercados em prol dos países mais ricos e à redução dos gastos em âmbito de intervenção de Estado”* (PAIVA, 2004, p. 150). Isto é, o resultado dessas pratica implica na redução de investimentos em área sociais consideradas estratégicas para reparar os desníveis sócios como na: educação, saúde, previdência e habitação causando sérios prejuízos a população.

O aumento das desigualdades sociais afeta diretamente nas condições de acesso à escola e no prolongamento da escolaridade. Visto que, as crianças e os jovens provenientes de famílias em situação economicamente precária desde cedo se vêem obrigados a trabalhar para ajudar ou complementar no orçamento familiar fator muitas vezes determinante para a não permanência desses indivíduos na escola. No Brasil estima-se que haja cerca de 35 milhões de pessoas com idade acima dos 14 anos que não concluíram sua formação básica e outros 20 milhões de analfabetos funcionais de acordo com o censo realizado em 1991.

Diante de tanto problemas, nos deparamos com educadores sem motivação e sem esperança para transpor as dificuldades por eles vivenciados no contexto educacional, acreditando que nada resta para ser mudado. A representação negativa que o educador faz da escola é diretamente sentida pelos alunos. Os problemas, as dificuldades existem mais o que não pode, é que, enquanto educadores nos tornem passivos diante delas e nem tão pouco refêns do comodismo e das mesmices.

O sucesso de uma educação demanda de “n” fatores mais acreditamos que ela nasça a partir do compromisso do educador com uma educação libertadora e com as especificidades que a situação exige. O compromisso deve esta atrelada a uma pratica pedagógica embasa numa política não omissa, daí a importância do educador se colocar como “sujeito de opções” (FREIRE).

O que caracteriza o professor comprometido? A resposta a essa pergunta vem quase em tom de oração feita por Paulo Freire que a define da seguinte maneira:

Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação contra a dominação econômica dos indivíduos e das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. (...). Sou professor a favor da boniteza da minha própria prática. ... (FREIRE: 1996, p. 102-103)

Ser professor, então, requer uma tomada de decisão em favor de uma educação ativa. Pois, a educação é uma forma de intervenção no mundo por isso mesmo a escola não pode ser abster da responsabilidade que tem como formadora. A escola continua sendo a via de maior importância para aquisição de conhecimento capaz de conduzir o indivíduo ao mundo letrado.

Portanto

“O acesso à escolaridade deve proporcionar os alunos jovens e adultos, inseridos em uma sociedade letrada, a possibilidade de analisar, criticar e enfrentar questões que fazem parte do seu contexto para sua formação intelectual, estimulando seu pensamento, seu raciocínio, para que possam transferir aprendizagens de uma situação a outra abstraindo propriedades usando conhecimentos em novos contextos” (BRASIL: 2002, p.89).

Diante do que foi colocado pelo Ministério da Educação o processo de escolarização e, a permanência dos jovens e adultos forma-se numa educação compatível com as suas demandas. Uma vez que, os programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) têm atendido um público heterogêneo, crescendo a procura por esse programa de pessoas cujo perfil vem mudando em relação à idade, expectativa e comportamento. Portanto, tratam-se de um processo histórico que envolve exclusão e disparidades sociais características presentes na EJA. Para amenizar essas marcas historicamente produzida e reproduzida faz-se necessário a ampliação do acesso a escolas e qualificação do ensino a ser oferecidas aos jovens e adultos.

Embora, a EJA vem conquistando um espaço e importância cada vez maior nas políticas educacionais ainda nos esbarramos em escolas que em sua maioria agem em condições inadequadas de aprendizagem. Apresenta-se sem atrativos aos alunos o que torna seus esforços insuficientes para manter os alunos na escola. Estes profissionais, embasam suas práticas pedagógicas na pedagogia tradicional caracterizada como mecanicista, autoritária, disciplinar e mecanicista. Contrapondo essa atividade, Paulo Freire defende uma prática pedagógica onde haja:

“... uma relação entre alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança que o professor e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos a nossa alegria” (FREIRE: 1996, p.72).

Mediante essa discussão compreende-se a necessidade da valorização da boa interação professor-aluno, no estabelecimento de uma relação construtiva, capaz de estimular o educando a buscar informações, a fazer pesquisa, a refletir, a expor suas idéias e emoções sem constrangimento.

### 1.3. A EJA

A EJA pode ser entendida como uma semente germinada na desigualdade social composta por uma dualidade entre os que tiveram oportunidade de ter acesso à boa educação baseada em método Montessori e Piaget com professores titulados do outro lado, crianças expostas ao trabalho precoce que se deparam com escolas públicas precárias localizadas nas periferias ou nas zonas urbanas, são crianças que chegam a escola: cansadas, exaustas, desmotivadas e famintas.

... a educação do povo é deficiente e desvela aquilo que ela oculta: a deficiência aparentemente acidental sustenta a necessidade de que a educação seja desigual. Afirmando possuir as condições do jogo, onde todos de início são dados como iguais e partem das mesmas condições, sobre as quais a diferença da qualidade individual estabeleça a diversidade dos resultados, ela se realiza como um rito, onde as posições estão demarcadas de modo antecedente e desigual e os resultados, portanto, são conhecidos antes de serem cumpridos pelos atores escolares (BRANDÃO, 1985, p. 39).

Podemos considerar desse modo que a EJA atende basicamente a três grupos: os não-participantes ( os que nunca estudaram), excluídos da escola ( o que saíram cedo) ou retirados na série ( os que fizeram sem passar) originados de um sistema sócio-político-econômico e educacional excludente.

Além disso os educando jovens e adultos analfabetos muitas vezes são duramente marginalizados pelos os educadores que os consideram como anomalia social ou como seres incapazes de pensar. Essas são algumas das muitas desculpas criadas pelos educadores para camuflar as verdadeiras razões do analfabetismo que neste caso, Pinto atesta que:

O estado de ignorância relativa no qual se encontra [os educando jovens e adultos] é um índice social. Revela apenas as condições exteriores da existência humana e os efeitos destas circunstância sobre o ser do homem. (PINTO, 1997, p.82-83).

Desse modo, a condição de analfabeto ou “estado de ignorância relativa” do indivíduo adulto é um fator social que reflete na sua vida, restringe seu acesso aos bens culturais, bem como na participação econômico e política. Esse processo pode ser revertido por uma educação libertadora. A busca por este modelo educativo requer decisão, escolha e intervenção na realidade em que estes estão inseridos, assim, não basta constatar os problemas, os desafios que a EJA enfrenta. É necessário, intervir conscientemente para que ocorra mudança significativa nessa modalidade de ensino.

O que se espera destes programas é uma educação diferenciada capaz de atenuar os prejuízos dos alunos do EJA causado por um processo historicamente excludente que resultou no atraso cultural. A educação deve acontecer não na perspectiva reparadora e sim equalizadora por meio de vínculos entre a educação formal e não formal. Diante disto, o educador assume um papel importante a frente do processo de aprendizagem atuando não como agente depositário de conhecimento, mas sim, como agente mediador do conhecimento.

Assim, o que compete ao educador é praticar um método crítico de educação de adultos que dê ao aluno a oportunidade de alcançar a consciências crítica instruída de si e de seu mundo. (PINTO, 1997, p. 84).

É certo que, a EJA necessita de uma revisão no que se refere à prática pedagógica dos professores para que os mesmos possam oferecer uma pratica libertadora e problematizadora aos alunos, instigando a conhecer a sua realidade de modo crítico. *“A educação para a libertação e um ato de conhecimento e um método de ação transformadora que os humanos devem exercer sobre a realidade”* (FREIRE, 1979 p. 90).

Na prática, durante o processo educativo o conhecimento socialmente produzido pelo educando através de suas relações sociais deve ser respeitado pela escola e pelo professor durante o processo de aprendizagem, haja vista que este saber é um fator determinante para aquisição de outros conhecimentos.

## 1.4. OS DESAFIOS DA EJA.

Ao longo de vários anos a identidade da EJA vem sendo construída e modificada na perspectiva de desenvolver a aprendizagem e a qualificação permanente dos educando. No entanto, são vários os problemas que afetam a EJA, dentre eles focalizaremos na falta de acolhimento dos alunos, na infantilização do ensino e por ultimo a formação dos professores, são esses em menor ou maior grau que vem a contribuir para a não- permanência do aluno.

### 1.4.1. ACOLHIMENTO DOS ALUNOS.

A escola se depara ainda com um número expressivo de alunos que se evade durante o período escolar. Este diagnóstico se ampara muitas vezes pela escola não reconhecer a diversidade do publico a ser atendido, com expectativas diferentes quanto as suas demandas. Os Parâmetros Curriculares nos aponta que:

Desconhecer a diversidade faz com que toda e qualquer situação que não esteja dentro de um padrão previsto seja tratada como problema do aluno e não como desafio para a equipe escolar (BRASIL, 2001, p.88).

Para que, a escola amenize o processo de evasão escolar é preciso que os professores estejam engajados numa luta, para não encarar essa diversidade como ponto negativo, mas, entendê-las e respeita-las para que os mesmos possam sentir-se participantes e membros da escola. Portanto, acreditamos que a escola é o berço da construção do conhecimento sistemático, por isto, não faz sentido que a mesma oprima seu educando utilizando-se de métodos tradicionais. Embora não existam receitas prontas para lidar com os desafios que cerca essa modalidade de ensino, sugerimos aos professores a criar mecanismo que possibilite aos alunos a se sentirem integrados a esse processo.

Considerando que:

Pra regressar à escola, jovens e adultos tem de romper barreiras preconceituosas geralmente transpostas em função de um grande desejo de aprender. Assim, essa disposição para aprender precisa ser alimentada por uma pratica pedagógica que garanta condições para que prevaleça atitude positiva diante dos estudos (BRASI. 2001,88).

Nesse contexto, fazemos referência ao compromisso do educador/educando no processo de ensino aprendizagem este aponta o professor como analista de sua pratica, para que possa

considerar a situação real dos alunos dando sentida a “plenitude humana à sua existência” (BRASIL. 2001, p. 88).

De acordo, com o relato de Santana, onde colheu em depoimento de uma senhora com 64 anos constatou a necessidade de um trabalho voltado para a elevação da auto-estima dos alunos. Pois, percebeu a desvalorização entre os alunos que via na escola um refúgio de problemas mais do que de aprendizagem.

#### **1.4.2 A INFANTILIZAÇÃO DA EJA**

Um dos problemas a ser erradicado na EJA é a infantilização do ensino. Esta prática adotada pelos educadores é fundamentada numa concepção pedagógica ingênua que vê no aluno adulto uma criança crescida.

Compreender como funciona essa modalidade de ensino e o que ela representa são conhecimentos cruciais para que seja evitado equívoco no processo de ensino-aprendizagem de jovens e adultos. Segundo Pinto, essa prática alicerçada na concepção ingênua torna o processo nocivo na aprendizagem do aluno, por que:

- Deixa de encarar o adulto como sabedor;
- Ignora o desenvolvimento fundamental do homem e de natureza social, faz-se pelo trabalho, e que o desenvolvimento não para pelo fato do indivíduo permanecer analfabeto;
- Ignora o processo de evolução de suas faculdades cerebrais;
- Não reconhece o adulto iletrado como membro atuante e pensante em sua comunidade, na qual de nenhuma maneira é julgado um “atrasado” e onde ao contrário, pode até desenvolver uma personalidade de vanguarda.

Esta situação exposta, nesse processo só poderá ser revestida a partir de investimentos na formação do corpo docente, onde os mesmos têm a função de promover o novo e aplica-la na sala de aula dinamizando-as, trazendo para perto dos desafios do aluno auxiliando na produção de matérias específicas para a EJA com o objetivo de reverter este quadro historicamente produzido. Deste modo, a EJA deve ser constituída como espaço de

reconhecimento do aluno como sujeito ativo da aprendizagem. Favorecendo a escolarização e a criatividade reflexiva do aluno tornando-o indivíduos autônomos.

Segundo Freire, “a alfabetização deve ser entendida como ato criador a que os alfabetizados devem comparecer como sujeitos, capazes de conhecer e não como incidência do trabalho docente dos alfabetizadores” (FREIRE apud LIMA, 2004, p. 43).

As atividades desenvolvidas na alfabetização precisam partir dos saberes que o aluno já traz associada a sua realidade. Assim a realidade torna-se conhecida quando se interagem com ela, modificando-a dessa forma, a aprendizagem acontece através da espontaneidade e do prazer visto que, são importantes para incentivar alunos que apresente baixa estima.

Freire (1979) vem colocar os alfabetizados como sujeitos capazes de traçar seu cronograma no processo de ensino-aprendizagem tornando-os centro de sua proposta educativa.

### **1.4.3 FORMAÇÃO DOS EDUCADORES.**

Quando falamos em educação para jovens e adultos, inclusiva, envolve também a formação docente, este tema tem sido amplamente discutido por profissionais desta área que se vem prejudicado por não dispor de uma formação específica para atender as especificidades que necessita EJA. Uma vez que as universidades públicas ainda não oferecem respostas satisfatória às necessidades de formação de educadores das redes pública de ensino, que precisam ter sua formação inicial ampliada.

Em geral a educação vem sendo questionada com freqüência nas políticas públicas brasileira de tal forma que banaliza este processo. Devido, as falsas promessas sem apresentar ações concretas para sua materialização. Estas atitudes deixam claro o descaso do governo com as políticas educacionais sempre postas em segundo plano na pauta política.

Não há dúvida de que o movimento dos Foros e a tentativa da constituição da EJA enquanto política pública representam as principais expressões da educação de jovens e adultos em movimento na atualidade expressam as potencialidades, as tensões e os conflitos inerentes a esse movimento. Ilustram a dificuldade de atores diversos construir uma política nacional que representem a rica diversidade de interesses e necessidades em termos étnicos, raciais, culturais, ideológicos e de gênero da população brasileira...(IRELAND apud SILVA, 2004, p.43).

Silva aponta a dificuldade de criar políticas que possam inovar a prática pedagógica do professor para atuar na EJA. Uma vez que este não dispõe de uma formação adequada acarretando sérios danos a formação dos jovens e adultos.

De acordo com a LDB a formação do profissional em educação de “EJA” e suas competências são construídos num processo contínuo que começa em sua formação inicial e continua durante seu desempenho de suas atividades, sendo, portanto permanente” (BRASIL, 2001, p.141). Assim, esta formação desse profissional deve ser promovida de forma contínua durante o exercício das suas atividades buscando junto com outros colegas aperfeiçoar-se constantemente, para isso, é necessário que a escola assegure aos professores espaços para reflexões sobre a sua prática docente.

## CAPÍTULO II

### ANÁLISE DOS DADOS DE PESQUISA

#### 2. METODOLOGIA

Tendo em vista a educação de jovens e adultos e de como o sistema educacional tem se portado diante dessa modalidade de ensino utilizamos como método de pesquisa o estudo de caso devido à “facilidade operacional” que esse método nos proporciona.

Segundo ROESE, *a pesquisa baseada no estudo de caso consiste em “seleccionarmos apenas um objeto de pesquisa, obtendo grande quantidade de informação sobre o caso escolhido e conseqüentemente, aprofundando seus aspectos”* (ROESE in MATOS). De forma geral e sintética Gil define este estudo como sendo uma prática simples cujas vantagens está associada à redução dos custos e a impossibilidade de generalização dos dados.

Na parte prática da pesquisa usamos como instrumento de coleta de dados a observação participativa e o questionário por serem instrumentos possíveis para se conhecer o problema em questão.

A pesquisa foi realizada em escolas estaduais localizadas no centro do município de Cajazeiras PB. O trabalho em questão consistiu em duas etapas sucessivas a de observação e da aplicação de questionário. A observação teve como foco os alunos de EJA que freqüentam a 3ª e 4ª série do primeiro seguimento na escola B.

Através deste trabalho de observação foi possível coletar informações para estruturar o formulário com questões abertas e fechadas aplicadas nas escolas A e B. Os questionados tinham como propósito compreender o contexto da EJA a partir da percepção dos coordenadores, professores e aluno dessa modalidade de ensino.

novas relações pessoais, interpessoais e institucionais sendo estas promovidas por meio de um planejamento dialógico.

Segundo Padilha (2003), o planejamento dialógico consiste em *“uma forma de resistência e representa uma alternativa ao planejamento autoritário, burocrático, centralizado e descendente, que ganhou as estruturas dos nossos sistemas educacionais e das nossas redes escolares”* (PADILHA, 2003, p. 25).

Quanto aos professores foram selecionados quatro da escola A e B atuantes na EJA para responderem ao questionário para análise, no entanto só duas professoras da escola A responderam ao questionário: **P** e **Q**. O questionário continha duas questões objetivas e oito subjetivas.

As professoras entrevistadas trabalham na escola A, com idades entre 49 e 57, além disso, trabalham com EJA a mais dez anos. Em relação ao nível de escolaridade **P** cursou o Magistério e fez treinamento para atuar nessa modalidade de ensino. **Q** cursou Pedagogia e fez especialização em Metodologia do Ensino e para atuar na EJA fez vários cursos de formação como: o Brasil Alfabetizado. Quando perguntadas sobre as dificuldades enfrentadas por elas em suas práticas educativas ambas responderam que as dificuldades estavam relacionadas à leitura, escrita e a evasão escolar. Mas não relataram estratégia para superar essas dificuldades. Os recursos tecnológicos como DVD, TV, filmes, rótulos, panfleto são alguns dos recursos trabalhados por elas em sala de aula. Por último a avaliação dos alunos é realizada por Marta através de atividades escritas, oral, testes, trabalho, participação, interesse e frequência, no entanto Marta avalia seus alunos continuamente a cada atividade proposta sendo ela escrita ou oral.

Durante análise verificamos que a coordenadora percebe a EJA de forma superficial e simplista escamoteando problemas inerentes a essa modalidade de ensino indo além de uma auxiliar de serviço. Neste caso, a percepção dos alunos vai além do que nos coloca a coordenadora já que nos eles apontam problemas como a falta de uma estrutura adequada para melhores acomodações, a falta de uma dinâmica que os permita compreender melhor em sala de aula a função da escrita e a apreensão que esta exerce dentro e fora da escola.

Constatamos, além disso, que os professores estão procurando se capacitar para atuar nessa modalidade de ensino, isso se deve à exigência ou até mesmo, “imposição” de Órgãos ligados

a Educação. Na verdade, o que temos observado é uma corrida para “capacitar” professores em serviço, para atuarem na EJA num período de curta duração. Estes programas nos remetem então, a uma preocupação quanto à validade destes para a prática pedagógica dos professores em serviço. Já que o objetivo desses programas é transmitir um receituário aos professores com novas idéias que nem sempre coincide com a realidade vivenciada por estes professores. Práticas como estas em caminhado para o insucesso.

Para que se obtenha resultados positivos com estes programas deve-se planejar um projeto para atender professores em exercício através de um programa longo, intensivo fornecendo oportunidades para análise crítica da prática escolar além de fazer parte de um plano de carreira. Objetivo desses pontos elencados é evitar que os programas de formação não se tornem mero receituário para substituir o anterior. Segundo Kleiman (2001, p.27), “*as exigências de um projeto de formação que não parte da convicção interna do professor sobre a necessidade de mudar sua prática lhe traz problemas, e não solução*”. Desse modo, os programas que não percebem as peculiaridades quanto ao contexto de formação de professores estão sujeitos ao insucesso, ou seja, a formação dos educadores deve consistir num processo permanente remetendo-os ao mesmo tempo numa reflexão crítica sobre sua prática.

Portanto coordenador, educador deve compreender a educação numa perspectiva coletiva, onde não “*cabe paciente, ouvinte, espectador. É intrinsecamente aprender a aprender, saber pensar, para melhor intervir*” (DEMO apud PADIHA, 2003, p. 139). Pois, como atesta Padilha (2003), só por meio de uma educação democrática num processo emancipatório é que podemos nutrir de um relacionamento de sujeitos numa atividade essencialmente construtiva. Assim, a relação pedagógica é uma via dialógica na qual educador e educando se tornam sujeitos interativos mediatizados pelo mundo por meio de salas de aula de “Círculo de Cultura” termo criado por Paulo Freire no final da década de 50.

## **2.2. ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS DOS ALUNOS:**

Dos alunos entrevistados na escola B foram selecionados dez alunos aleatoriamente de 25. Dos quais três eram do sexo masculino com idades entre 15 a 25 anos e sete do sexo feminino com idades entre 26 a 55 anos. Embora dentre esse grupo apenas um do sexo feminino confirmou não ter freqüentado a escola quando crianças, nove freqüentou a escola, mas

desistiram devido a vários fatores como trabalho, problemas familiares e casamento. Dos dez alunos entrevistado seis estava freqüentando a EJA a pouco mais de seis dias e os outros há dois anos, os motivos elencado por sobre o que teria motivado a eles voltarem para escola estavam associados à perspectiva de um emprego melhor e a necessidade de aprender a ler e escrever. Contudo, diante da pergunta sobre as melhorias trazidas pela escola para o cotidiano deles, nove responderam que teria sido a leitura e a escrita e, um disse que a escola não contribuiu. Já em relação ao preconceito apenas dois responderam que sim, sofrem preconceito.

As sugestões sugeridas por eles para melhorar a educação de jovens e adultos foram separar os adolescente dos mais velho, receber livros, melhorar as carteiras, colocar mais ventiladores nas salas e atividades diferentes ao meu ver essa sugestões, mas sugere uma reclamação de um grupo que necessita ser respeitado necessitando do mínimo para essa educação contribua de forma significativa para a sua aprendizagem.

Uma outra questão interessante do questionário entregue aos alunos, esta associada à pergunta de número 7 onde pede que eles falem sobre as melhorias que a escola tem trazido para seu cotidiano. Durante as respostas, fui solicitada várias vezes pelos alunos para explicar tal questão visto que, eles não sabiam explicar de que modo à escola teria trazido melhorias para seu cotidiano inclusive um respondeu, que a escola não lhe teria trazido nenhuma melhoria. As dúvidas dos alunos demonstram uma educação falida do ponto de vista que eles não se percebem como integrantes desse processo de aprendizagem e que tão pouco percebem benefícios obtidos com esta educação. Aprendizagem é uma necessidade básica e social do ser humano. De acordo com a Declaração dos Direitos Humanos a educação de jovens e adultos é:

O conjunto de processos de aprendizagem, formais ou não formais, graças aos quais os adultos na sociedade à qual pertence, desenvolvem sua aptidão, enriquecem seus conhecimentos e melhoram suas qualificação técnicas ou profissionais ou as reorientam em função de suas próprias necessidades e das necessidades da sociedade (...) A Educação de Jovens e Adultos, considerada como um processo que dura toda vida, tem por objetivo desenvolver a autonomia e o sentido de responsabilidade dos indivíduos e da comunidade, dar – lhes melhores condições para enfrentar as transformações que afetam a

economia, a cultura e a sociedade (UNESCO apud SILVA, 2004, p. 137).

Entendemos dessa forma que a educação para jovens e adultos, voltada à cidadania só se constituirá mediante um projeto educativo e uma educação permanente capaz de atender as especificidades que este público requer.

### 2.3. ANÁLISE DO ESTÁGIO

O estágio do Curso de Pedagogia foi realizado em 29 de outubro a 30 de novembro de 2007, a classe selecionada para o estágio compunha-se alunos com idades entre 22 a 72 anos. A sala em questão funciona no prédio de uma escola estadual localizada no centro de Cajazeiras - Pb, suas dependências físicas e os equipamentos (lousa, carteiras, ventiladores ...) apresentam-se em condições pouco adequada para a comodidade dos alunos em especial aqueles em idade mais avançada. Verificamos a ausência de uma biblioteca que atendesse tanto ao público do ensino fundamental, médio quanto da EJA.

Antes de falarmos sobre o estágio é importante ressaltar a relevância do trabalho de observação realizado nesta escola durante o mês de setembro. As observações foram realizadas esporadicamente em dez dias. Neste período acompanhamos uma turma da 3ª e 4ª série do primeiro seguimento de EJA o que nos permitiu analisar as expectativas dos alunos em relação ao curso, a metodologia aplicada em sala de aula pela professora, os conteúdos, a relação professor-aluno e o material didático usado pelo professor e pelos alunos.

A turma tinha cerca de quinze alunos dois homens e treze mulheres sendo eles aposentados, empregadas doméstica, dona de casa, alunos desempregado e feirante. Na sala não havia nada em especial que lembrasse uma sala de EJA, nela existia apenas uma lousa, carteiras, um ventilador e alguns enfeites como ursinho, flores e cartaz colorido desejando boas vindas colocadas pela professora do ensino Fundamental I para recepcionar as crianças. O material utilizado em sala de aula era um caderno, lápis, caneta e borracha um ou outro trazia junto ao seu material um livro didático nunca utilizado pela professora. Os livros eram de língua portuguesa, matemática, ciências da 3ª e 4ª série do Ensino Fundamental I doado pela própria escola. Raramente a classe se encontrava completa, vários alunos sempre faltavam. Geralmente os alunos sentavam sempre nas carteiras da frente buscando ver melhor o que a professora escrevia na lousa.

As aulas da professora podem ser descritas como expositivas, e o material utilizado era o livro didático montado para crianças embora possuísse os livros didáticos da EJA, doados pela Secretaria de Educação 9ª Regional de Ensino, mas ela não os utilizava durante as aulas por que os consideravam muito complexo. Contudo, os alunos não utilizavam porque não haviam recebido da Secretaria. A metodologia empregada pela professora era copiar o conteúdo na lousa sem nenhum comentário anterior, pedia para que os alunos copiassem a atividade em seu caderno. O conteúdo era escolhido aleatoriamente sem nenhum planejamento prévio, a falta de compromisso da professora para com os alunos resultava em aulas cansativas e monótonas. Durante o período de observação só foram trabalhados os conteúdos de matemática e português em detrimento de uma educação abrangente. Para os alunos, as atividades se constituíam em apenas um dos possíveis instrumentos utilizado na aula para “treinar” a escrita e a oralidade. O principal modo como pelo qual manifestavam essa compreensão era o fato deles se referirem a texto como *é pra ler o devê, professore? Tem que copiar o quê, professora?*

Esse modo de apreensão do texto escrito é, de certa forma decorrente do fato das atividades escritas, de modo geral, não terem nenhuma conexão com seu contexto social de onde ele provém, visto que, a professora usava de atividades referentes ao contexto infantil.

O que acaba de ser relatado, infelizmente, é uma prática tradicionalista freqüentemente adotada pelas escolas observada na cidade de Cajazeiras. Ou seja, os professores não percebem o educando como sujeitos do processo de aprendizagem, mas crianças crescidas desprovidas de conhecimento, reduzindo o processo de ensino-aprendizagem ao mero ato mecânico de depositar palavras, sílabas e letras nos mesmos.

Atitudes como essa assumida pelos educadores muitas vezes conscientemente fazem com que os educandos atribuam a esse “ato depositário” o sentido “mágico da palavra”, camuflando o sentido real da aprendizagem que é apreensão da leitura e da escrita feita de forma crítica a partir do verdadeiro sentido da linguagem e, não através da decodificação de palavras. Segundo Freire,

Esse modo de tratar os adultos analfabetos implica uma deformada maneira de vê-los – como se eles fossem totalmente diferentes do demais. Não se lhes reconhecem a experiência existencial bem como o

acúmulo de conhecimentos que esta experiência lhe deu e continuando. (FREIRE: 1979, p. 14)

A EJA não pode ser mais tratada e nem vista de forma irresponsável e descompromissada por aqueles que fazem à educação. A EJA tem se constituído em um processo importante para a formação de pessoas que não tiveram oportunidade na idade apropriada de freqüentar a escola permitindo assim, que estes se integrem ao mundo letrado conscientemente usufruindo uma educação de boa qualidade.

Dos alunos observados poucos dominavam a escrita, a leitura e as operações de adição e subtração assuntos estes constantemente trabalhados pela professora na sala de aula em detrimento de uma educação abrangente que envolvesse temas geradores como o contexto sócio, político e econômico dos alunos. Além disso, a sala possuía um grupo com dificuldades distintas o que tornava ainda mais difícil esse processo de ensino-aprendizagem, pois enquanto alguns dos alunos sentiam muita dificuldade em transcrever e ler o que estava no quadro para o caderno devido ao problema de vista, ou por estarem ainda em estágio de aquisição da leitura e da escrita. A metodologia utilizada pela professora, nem sempre ajudava os alunos que necessitavam de uma atenção maior nas atividades.

A relação entre os alunos e a professora durante as aulas pode ser descrita da seguinte forma: os alunos com menor dificuldade nas atividades eram os que mais solicitavam a presença da professora em relação aos alunos que não apresentavam domínio na escrita e na leitura, embora a relação entre a professora e os alunos fossem bons.

A explicação para essa relação “aparentemente harmoniosa” pode ser compreendida a partir da difícil tarefa do educador em saber atender e entender as necessidades dos alunos transformando esta relação autoritária onde quem detém conhecimento é o professor, e o aluno mero receptor desse processo. A fim de combater práticas como essas é que FREIRE (1996) propõe uma educação dialógica onde quem ensina se propõem a escutar, escutando o educador estará superando as indiferenças frente às dificuldades dos alunos. Além disso, barreiras como o preconceito ainda permanece presente alimentando muitos professores dos quais atribuem ao educando a responsabilidade pelo fracasso, essa relação camuflada impede de fato dos alunos de questionar, perguntar, participar mais nas aulas, expressar de forma significativa expondo idéias.

Dessa forma, as observações realizadas ao longo dos dez dias contribuíram de forma significativa para o trabalho de estágio, dando-me assim, a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a turma com quem eu iria a estagiar. Durante este contato, atentei para as expectativas dos alunos em relação ao curso, as dificuldades que enfrentavam nas aulas e as características que lhes eram peculiares. Esse contato serviu para que pudesse planejar as aulas abordando temas diversificados como: política, social, histórica, entre os outros de acordo com os interesses do grupo.

Preocupada em oferecer material adequado a essa modalidade de ensino, conseguimos com que um professor nos emprestasse alguns livros de jovens e adultos. Após uma análise nos livros foi possível perceber que o material era de excelente qualidade, os temas abordados no livro eram tratados de forma contextualizada.

Embora tivesse o material, outra dúvida surgiu em minha cabeça a de como trabalhar o conteúdo sem tornar as aulas cansativas e monótonas. De uma certeza eu tinha, seria necessário proporcioná-los atividades que lhes motivasse a participar mais nas aulas considerando que a sala era formada por grupo heterogêneo não só pelo aspecto físico, mas pela profissão e pelos níveis de escolarização apostei temas que tivesse relevância para seu cotidiano.

Ao termina do trabalho de observação, iniciou-se a outra etapa deste trabalho: o estágio, que começaria na semana seguinte. Durante o estágio passamos a ser observada quase todo tempo pela professora daquela turma, foi uma experiência rica visto que, a professora demonstrou interesse pelas atividades que eram trabalhadas com os alunos.

Para cada aula havia sido planejada uma atividade diferente, no entanto, o tempo não foi suficiente para que todos os planos fossem aplicados, devido ao tempo das aulas ter duração máxima de 2h. Além disso, havia o problema da falta de água ou da merenda escolar, quando isso acontecia o tempo era reduzido ou os alunos eram dispensados. Para exemplificar, o trabalho desenvolvido nesta escola relataremos alguns dos temas que foram propostos aos alunos.

Para o primeiro encontro, trabalhamos com a música do cantor Luiz Gonzaga. De início começamos perguntando se eles já tinham ouvido falar sobre Luiz Gonzaga e o que eles conheciam sobre ele. De imediato os alunos começaram a dizer que sabiam que Luiz Gonzaga era pernambucano, outros lembravam com saudade de algumas das músicas cantada por ele. Após a conversa convidamos - os a escutar a música Estrada de Canindé e para cada aluno foi entregue uma cópia com a letra da música, para que eles pudessem acompanhá-la enquanto escutava. Quando terminaram de escutar a música, perguntamos se eles haviam gostado e o que eles entenderam do texto. Todos responderam que havia gostado de escutar a música, no entanto poucos arriscaram a opinar sobre o que entenderam do texto. A partir daí comecei a mediar a discussão explorando algumas partes importante do texto bem como indagando questões referentes ao texto, se eles conheciam Canindé, se eles sabiam que esta cidade era religiosa e em que estado ela ficava, apontei também a diferença entre as classes sociais a partir daí os alunos passaram a apontar outros elementos do texto igualmente importante.

A discussão ocorreu de forma animada. A satisfação dos alunos em relação à música foi notória, uma vez que, participaram do debate expondo seu ponto de vista tanto oralmente quanto através da atividade escrita que lhes foram propostos. No segundo momento desta atividade cada aluno recebeu uma outra folha com a atividade. Com atividade em mãos expliquei a eles que se tratava de questões referente ao texto e sobre o que havíamos discutido e para resolvê-las expliquei que era necessário fazer novamente uma leitura silenciosa do texto e, à medida que sentissem dificuldade me perguntasse. Durante a realização dessa atividade a dúvida mais freqüente era nas questões que solicitava uma resposta pessoal do aluno. Isso deve ao fato de que muitos deles não se sentem capaz de construir uma frase seja porque eles não detêm o domínio da escrita ou porque se considera ignorante.

Para que os alunos não se desanimassem era realizado um acompanhando de um por um em suas carteiras. Para aqueles que apresentavam mais dificuldade na realização das atividades era redobrada a atenção. Através do acompanhamento foi possível identificar as dificuldades que cada aluno apresentava e trabalhar-la numa relação pedagógica construtiva estimulando-os a buscarem informações, a refletir, a expor suas idéias e emoções sem constrangimentos. Promovendo assim, a construção de relações significativa entre o que o educando sabe e o novo objeto de conhecimento. A aluna **M** tinha grande dificuldade no processo de decodificação das palavras o que a tornava insegura e desinteressada no momento de realizar

as atividades. Percebendo o problema foi intensificada atividade, que promovessem a auto-estima com inserção de jogos, dinâmica.

Somado as dificuldades dos alunos, um outro problema relacionava-se à frequência dos mesmos, visto que, em uma noite compareciam 15 alunos em outra só cinco, isso dificultava bastante, considerando que o tempo que tínhamos para executar as atividades era curto e por isso algumas das atividades chegaram a durar três dias. Numa noite acontecia dos alunos que haviam freqüentado a aula anterior faltar e os que faltaram aparecer, muitas vezes tinha começar explicando todo assunto para aqueles que haviam faltado prolongando ainda mais a atividade. A solução, então, estava em trabalhar apenas um assunto por noite.

Tencionando estabelecer um elo entre o vivido pelos alunos e com o ensino sistematizado preparamos uma aula de matemática para trabalhar números racionais através de propaganda de diferentes ambientes. Começamos a aula mais uma vez, perguntando se eles sabiam o que eram números racionais, todos ficaram em silêncio com cara de que não estava entendendo nada. Então, dirigi a pergunta a F que trabalhava com vendas se ele já tinha ouvido falar ou se ele sabia o que era número racional. Ele me respondeu com um sorriso que não. Resolvemos mudar a pergunta, quem trabalha com compra e venda de mercadorias quem recebe salário mínimo ou aposentadoria, nesse momento M perguntou o que tinha uma coisa haver com a outra, lhe respondi que o número racional estava muito presente em nosso cotidiano como nas medidas bem como no dinheiro. A partir daí foi colocado na lousa o conceito de números racionais e dei alguns exemplos, após a explicação pedi para que eles formassem duplas e, em seguida entreguei algumas propagandas.

Depois disso explicamos que eles iriam fazer compras nas lojas corresponde à propaganda, para cada etapa da atividade fomos estipulando um valor que eles deveriam gastar e uma situação que envolvia contas de subtração e de adição. Ao termino-no da atividade a correção foi realizada no quadro com a participação das duplas envolvidas. O balanço dessa atividade foi ótimo porque além de envolver situações de desafios pode promover a integração da turma.

Percebendo o interesse de alguns dos alunos em temas históricos escolhemos para trabalhar temas como Escravidão dos Negros no Brasil, dentre esse assunto foi abordado temas como religião, exclusão social e a formação do povo brasileiro, esse tema ajudou na escolha de um

outro texto que falava do Analfabeto Político este assunto propiciou discussões à cerca da educação, cultura, economia e política. .

Em ciências foi trabalhado os órgãos sensoriais, a partir de uma apostila ilustrativa explicando a função dos órgãos dos sentidos e alertando para o cuidado que devemos ter para termos uma boa qualidade de vida.

Assim, neste trabalho, tentamos demonstrar a necessidade de ir além do que chamamos de diagnóstico cujo principal interesse desse trabalho foi promover uma prática pedagógica condizente com essa modalidade de ensino, proporcionando aos mesmos de estarem em contato não só com matérias didáticos adequados a essa modalidade mais de estarem em contato com a realidade através de um ensino sistematizado fazendo com que eles se sentissem integrantes desse processo de ensino-aprendizagem.

## CONCLUSÃO

Após longos dos anos em que a EJA permaneceu no esquecimento e na marginalidade, do ponto de vista político e conseqüentemente, orçamentária. Nos últimos anos o Governo Federal vem encabeçando uma política voltada para alfabetização e a sua continuidade na EJA. O acesso, a permanência e a conclusão com sucesso do ensino fundamental e médio, são no mínimo condições necessárias para fazer da educação uma ação relevante no resgate da cidadania desse público e na verdadeira transformação da realidade brasileira. Lembrando que, embora tenha havido uma crescente democratização da EJA, as dificuldades dessa modalidade de ensino são de caráter múltiplo e se reflete na descontinuidade e na falta de investimento característicos da história desse campo da educação.

Desse modo, constatamos através do desenvolvimento da pesquisa sobre “O contexto social da educação de jovens e adultos: uma luta pela inclusão”, verificar que a educação oferecida aos jovens e adultos no Município de Cajazeiras está aquém do conceito de educação para os jovens e adultos definido pela UNESCO. Visto que, a prática pedagógica realizado pelos educadores em sala de aula não proporciona a autonomia do aluno e nem os preparam para atender as necessidades de um mercado de trabalho cada vez mais exigente. Diante desse fato, Ireland (2004, 136), sugere que a EJA deve ter estabelecer prioridades para o seu funcionamento como a educação formal inicial e continuada para os professores, elaboração de um material específico para os aluno de EJA, criação de uma biblioteca, a articulação entre escolarização e qualificação profissional, o desenvolvimento de currículo que levem em conta a experiência de vida e o conhecimento prévio de jovens e adultos estudantes ( SILVA apud Ireland, 2004, p. 136).

Com base nos procedimentos e nas técnicas utilizada na pesquisa, para análise, foi possível estabelecer um paralelo entre a prática docente e o significado que os jovens e adultos atribuem a EJA. Chegando assim, a uma conclusão de que as expectativas dos alunos nem sempre são alcançadas já que as escolas não dispõem de um programa que promova o ingresso do aluno de EJA no mercado de trabalho. Além disso, as práticas tradicionalistas utilizadas pelos professores em sala de aula constituem em um outro fator, o fracasso escolar.

Durante o desenvolvimento do trabalho os desafios basearam-se em encontrar material específico para trabalhar com os alunos, na frequência dos alunos e na aplicação dos questionários, visto que, alguns professores e coordenadores não compreendendo a importância da realização desse trabalho não respondendo aos questionários.

Portanto, tendo em vista, a inclusão social dos alunos de EJA procuramos promover atividades em sala de aula que desmistificasse a concepção de Educação Bancária que percebe o educando um agente passivo da aprendizagem. Para isso, criamos situações que propiciassem atividades de integração dos alunos e a sistematização do conhecimento a partir da percepção deles.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação Popular. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL, Ministério da Educação. Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos: segundo segmento do ensino fundamental. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade: e outros escritos. 4ª ed. Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. Pedagogia do Oprimido: Saberes necessários a prática educativa. São Paulo: 33ª ed. Paz e terra, 1996.

IRELAND, Timothy D. et al. Os Desafios da educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea, 1996-2004. Brasília: Unesco, MEC, 2004.

KLEIMAN, Ângela B. Histórico da proposta de formação: confrontos e ajustes de perspectivas. In: KLEIMAN, Ângela B; Signorini. et al. O ensino e a formação do professor: Alfabetização de Jovens e adultos. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

IRELAND, Timothy D. Exemplo Vivo de uma boa Experiência de EJA. In: SILVA, José Barbosa (org). Retratos na Parede: Saberes docentes em educação de jovens e adultos. Secretaria de Educação e Cultura. João Pessoa. Texto arte: 2004.

\_\_\_\_\_. ;MACHADO, Maria Margarida; IRELAND, Vera Esther J. da Costa. Os desafios da educação de jovens e adultos: vencer as barreiras da exclusão tutelada. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (org). Economia Solidária e educação de Jovens e Adultos. Brasília: INEP/MEC, 2005.

PADILHA, Paulo Roberto. O círculo de cultura como espaço privilegiado do planejamento dialógico. Planejamento dialógico: Como construir o projeto político-pedagógico da escola. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PADILHA, Vanilda Pereira. Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Loyola, 1987.

PINTO, Álvaro Vieira. Sete Lições Sobre Educação de Adultos. 10ª. Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

RIBEIRO, Vera M<sup>a</sup>. Masagão. et al. Educação para jovens e adultos: Proposta Curricular 1ª seguimento. 3ª ed. São Paulo: Ação Educativa: MEC, 2001.

TEDESCO, Juan Carlos. Formação Cinética. Revista Pátio. Ano X. Nov. 2006/ Jan. 2007.

# ANEXOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE PROFESSORES  
CURSOD DE PEDAGOGIA**

**QUESTIONÁRIO PARA COORDENADORES**

- 1) Nome:
- 2) Nome da escola que trabalha:
- 3) Há quanto tempo você trabalha como coordenadora dessa Instituição de Ensino?
- 4) Há quanto tempo a EJA funciona nessa Instituição?
- 5) Em que turno é oferecida a EJA?
- 6) Especifique sua escolaridade.
- 7) Durante a implantação da EJA quais os principais problemas que a escola enfrentou? E qual a solução encontrada?
- 8) Quais as principais dificuldades enfrentadas pela EJA?
- 9) De que forma você organiza os vários segmentos que constitui a escola para a construção do P. P. P. ( Projeto Político Pedagógico)?
- 10) Que medidas são tomadas pela escola para ingressar o aluno de EJA no mercado de trabalho?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE PROFESSORES  
CURSOS DE PEDAGOGIA**

**QUESTIONÁRIO PARA COORDENADORES**

- 1) Nome:
- 2) Nome da escola que trabalha:
- 3) Há quanto tempo você trabalha como coordenadora dessa Instituição de Ensino?
- 4) Há quanto tempo a EJA funciona nessa Instituição?
- 5) Em que turno é oferecido a EJA?
- 6) Especifique sua escolaridade.
- 7) Durante a implantação da EJA quais os principais problemas que a escola enfrentou? E qual a solução encontrada?
- 8) Quais as principais dificuldades enfrentadas pela EJA?
- 9) De que forma você organiza os vários segmentos que constitui a escola para a construção do P. P. P. (projeto Político Pedagógico)?
- 10) Que medidas são tomadas pela escola para ingressar o aluno de EJA no mercado de trabalho?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE PROFESSORES  
CURSOS DE PEDAGOGIA**

**QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS**

1) Dados pessoais:

a) nome:

b) Sexo: FEM( ) MASC( ).

c) Idade ( ).

2) Nome da escola que você estuda?

3) Você freqüentou a escola quando criança?

SIM ( ) NÃO ( )

4) Que motivos fizeram com que você desistisse da escola?

5) Há quanto tempo você freqüenta a EJA?

6) Que motivos fizeram você voltar à escola?

7) Que melhorias a escola tem trazido para seu cotidiano?

8) Você sofre ou já sofreu algum tipo de preconceito em relação à idade por freqüentar a escola? Qual?

9) Que sugestões você daria para melhorar a educação de jovens e adultos?

10) Que sugestões você daria para melhorar a sua aprendizagem?